

28 09 04

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
(Autor: Deputado JOSÉ EDMAR)

PDL 378/2004

Protocolo Legislativo para registro e, em
seguida, à CAS e CCJ.
Em 28/09/04

Paulo Roberto Guimarães de Castro
Chefe de Assessoria da Presidência

**Concede Título de Cidadão
Honorário de Brasília ao Senhor
IBSEN VALLS PINHEIRO.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor **IBSEN VALLS PINHEIRO**.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo conceder uma justa homenagem ao Dr. Ibsen Valls Pinheiro, ou seja, ao ex-Deputado Federal e ex-Presidente da Câmara dos Deputados, **IBSEN PINHEIRO**, com a concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Brasília e ao povo brasileiro em geral.

007 23/09/04 16:54:28

PROJETO LEGISLATIVO
PDL 378/04
FIS. Nº 01 RITA

O ex-Deputado Ibsen Pinheiro tem um longo e qualificado histórico de contribuição ao desenvolvimento social e político de nosso país. Foi vereador, em Porto Alegre-RS, no período 1977-1979; Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, entre 1979 e 1983; Deputado Federal nos períodos de 1983-87, 1987-91 e 1991-94. Perdeu o mandato de Deputado Federal em maio de 1994, quando foi cassado.

Como político, o Dr. Ibsen Pinheiro sempre foi filiado ao MDB, entre 1966-1979 e posteriormente no PMDB, a partir de 1980. É formado em Direito e Jornalismo. Promotor Público concursado, em 1982, no RS.

Na Câmara dos Deputados, onde foi Constituinte, exerceu diversos e importantes cargos chegando à Presidência daquela Casa, no período 1991-93.

Mas o motivo que nos leva a conceder este título de cidadão ao ex-Deputado Ibsen Pinheiro não é apenas a sua brilhante passagem na vida pública, interrompida por uma cassação. O motivo é justamente o ato de sua cassação, melhor dizendo, o nosso repúdio à trama urdida para a sua cassação. Portanto, esta homenagem que prestamos ao eminente Dr. Ibsen Pinheiro é também um ato de desagravo à sua dignidade ferida, ao desrespeito aos princípios da moralidade e da honestidade, os quais ele tanto preza.

O Dr. Ibsen Pinheiro foi cassado em 18 de maio de 1994, quando exercia, na Câmara dos Deputados, o seu terceiro mandato e acabara de cumprir eficiente mandato de Presidente daquela Casa Legislativa. E qual o motivo da cassação ?

Recentemente as duas maiores revistas semanais do país, VEJA e ISTOÉ, publicaram farta matéria a esse respeito. O Dr. Ibsen foi processado e cassado por algo que não cometeu. Uma matéria equivocada, sobre suposta movimentação irregular de dinheiro, levou a Câmara Federal a cassar seu mandato. Dez anos depois, a matéria é desmentida pelo próprio jornalista que a produziu. Na Justiça o Dr. Ibsen já conseguiu provar sua inocência e resgatar sua dignidade.

Na vida pública, aos poucos, com muito sacrifício e morosidade, ele vem reconquistando a credibilidade perdida, auferindo, dia a dia, o retorno e o benefício da verdade.

PROT.	378	104
FL.	02	R.LTA

Aos que o consultam, como conseguiu suportar a tudo isso, ele afirma "ter optado pela vida", ao invés de desenvolver o sentimento de má-gua por quem o feriu e provocou sua cassação.

O ex-Deputado Ibsen Pinheiro é um grande exemplo de perseverança, de luta contra a injustiça, de busca da verdade. Mas é também exemplo de como uma trama maldosamente articulada pode derrubar um inocente. É um sinal de que a verdade pode ser facilmente arranhada e manipulada, exigindo que estejamos atentos para notícias e informações que circulam sem a devida comprovação. Lembra-nos o mandamento constitucional de que "todos são inocentes, até prova em contrário."


Devido a esses fatos, devemos contribuir para repor a verdade e a dignidade de um cidadão, um homem público, que foi injustiçado, caluniado, difamado e que agora retoma a verdade e comprova sua honestidade, dando-nos exemplo de sua dignidade inabalada e de sua esperança na Justiça.

Pedimos, portanto, o apoio dos nobres colegas Deputados para a aprovação deste Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 2004


Deputado **JOSÉ EDMAR, PMDB**

 - DEPUTADO PENIEL PACHECO
PSB


DEPUTADO PAULO TADEU - PT

PROT. Nº	378	104
MS. Nº	03	RITA

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Menu Principal

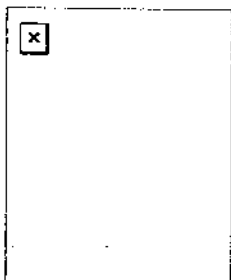


Serviços



Comunicação

IBSEN PINHEIRO -

**Ibsen Valls Pinheiro**

Nascimento: 05/07/1935 - São Borja, RS

Profissões: Advogado e Jornalista

Filiação: Ricardo Pinheiro Bermudes e Lilia Valls Pinheiro

Cônjuge: Laila Marlene Lontra Pinheiro

Legislaturas: 1983-1987, 1987-1991, 1991-1995.

Mandatos Eletivos:

Vereador, 1977-1979, Porto Alegre, RS, MDB; Deputado Estadual, 1979-1983, RS, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, RS, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, RS, PMDB; Deputado Federal, 1991-1994, RS, PMDB;

Perdas de Mandato:

Perdeu o mandato de Deputado Federal na legislatura 1991-1995, por força da Resolução nº 65 d em 18 de maio de 1994.

Filiações Partidárias:

MDB, 1966-1979; PMDB, 1980.

Atividades Partidárias:

Líder : CM\ MDB, 1978-1979; Vice-Líder: CD\ PMDB, 1986; Líder: CD\ PMDB, 1987-1990.

Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

Promotor Público, RS, 1982; Jornalista, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, RS, 1959-1960 e 1964.

Estudos e Graus Universitários:

Direito, PUC, Porto Alegre, RS, 1963.

Atividades Parlamentares:

CÂMARA DOS DEPUTADOS: Presidente, Comissão de Justiça, Câmara Municipal de Porto Alegre : MDB, 1977-1978; Vice-Presidente, Mesa : ALRS\ MDB, 1979-1981; Titular, Comissão de Comunicação CD\ PMDB, 1983-1984; Suplente, Comissão de Esportes e Turismo: CD\ PMDB, 1983-1987; Suplente Comissão de Constituição e Justiça: CD\ PMDB, 1983-1987; Titular, Comissão do Índio: CD\ PMDB 1983-1984; Presidente, Comissão de Comunicação: CD\ PMDB, 1985-1986; Membro, Comissão de Judiciário e do Ministério Público, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo PMDB, 1987; Titular, Comissão de Sistematização: ANC\ PMDB, 1987-1988; Titular, Comissão de do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias: CD\ PMDB, 1990; Suplente, Comissão de Constituição Justiça e de Redação: CD\ PMDB, 1990; Presidente, Mesa: CD\ PMDB, 1991-1993; Presidente, Comissão de Relações Exteriores: CD\ PMDB, 1993; Suplente, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: CD\ PMDB, 1993; Titular, Comissão de Relações Exteriores: CD\ PMDB, 1994.

Condecorações:

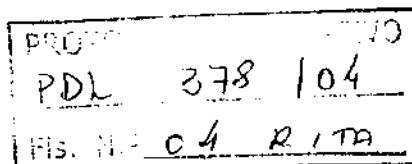
Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Grande Oficial, TST, 1987; Ordem do Mérito Forças Armadas Comendador, 1988; Ordem do Congresso Nacional, Grande Oficial, 1988, e Chanceler, 1991.

Obras Publicadas:

Uma Voz de Oposição. Porto Alegre, 1982; Um Ano de Trabalho. Brasília, 1983; Velha República : Final. Brasília, 1985; Tempo de Construir. Brasília, 1988; As Cores do Autoritarismo. Brasília, 1991.

Missões Oficiais:

http://www.camara.gov.br/internet/Deputado/DepNovos_Detalhe.asp?id=106059&leg=QQ 22/9/2004



Observador Parlamentar à XLIV Assembléia Geral da ONU, 1989. Observador Parlamentar à XLV Assembléia Geral da ONU, 1990.

Outras Informações:

Cassado o mandato em 18 de maio de 1994, conforme Resolução nº 65 de 1994.

Documento produzido em 22/09/2004 11:36:00 (SILEG - Módulo Deputados)

 [Página anterior <](#)

http://www.camara.gov.br/internet/Deputado/DepNovos_Detalhe.asp?id=106059&leg=QQ 22/9/2004

PROT. Nº	10
PDL	378 104
FIG. Nº	05 RITA

WEILLER DINIZ

Sentindo-se vítima de denúncias contra os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cassio Casseb, além do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, o governo resolveu atacar a liberdade de imprensa: propôs ao Congresso a criação de um Conselho Nacional de Jornalismo para fiscalizar e punir jornais e jornalistas. Mas uma revelação de um repórter em artigo enviado para o livro a ser lançado pelo ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) mostra que a descoberta da verdade independe de mecanismos repressivos. Em 1992, Fernando Collor teve seu impeachment aprovado pelo Congresso. Um ano depois foram cassados parlamentares por corrupção na célebre CPI do Orçamento. No centro dos dois casos estava Ibsen. Político em franca ascensão, ele comandou a sessão que abriu o caminho para o impeachment. Um ano depois, enfrentou um calvário que culminaria em sua cassação, esculpida em uma acusação de envolvimento com a Máfia do Orçamento.

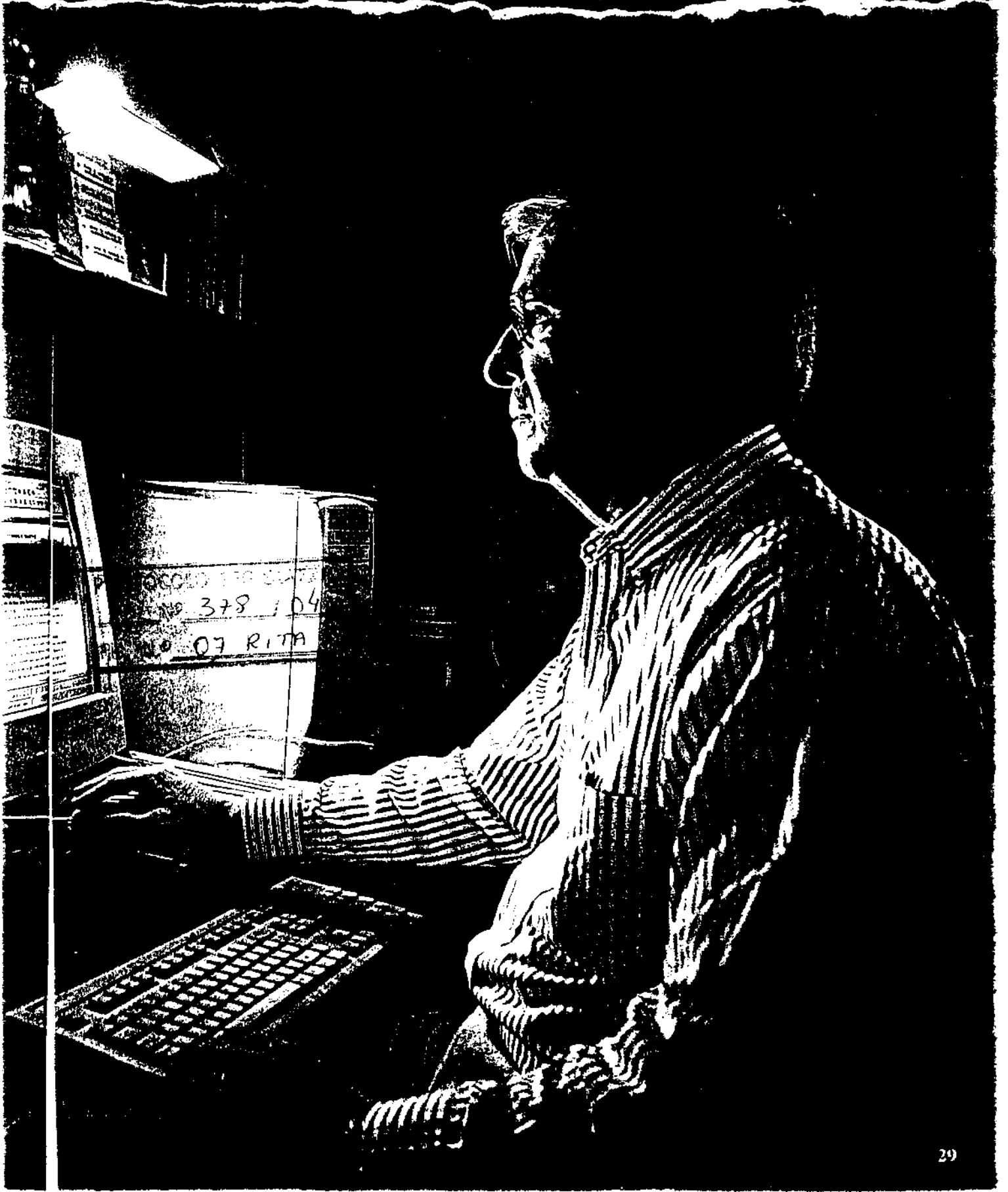
Passada uma década surge uma revelação que obriga a revisão da história. O jornalista Luis Costa Pinto (Lula), à época editor da revista *Veja* em Brasília, decidiu contar os bastidores da reportagem de capa de sua autoria, em novembro de 1993, onde afirmava que a CPI descobrira que Ibsen movimentou US\$ 1 milhão em suas contas. O relato acusa Waldomiro Diniz, então assessor do atual ministro José Dirceu (PT-SP), de ter vazado uma "falsa prova". Além de confessar um erro, Costa Pinto revela detalhes da história que foi decisiva para incinerar Ibsen. Junto com o mandato, o ex-presidente da Câmara perdeu dez quilos e tempo indagando os motivos de sua ruína política. ISTOÉ o procurou para falar de seu livro e teve acesso ao artigo de Costa Pinto.

Em novembro de 2000, Ibsen almoçou com o jornalista na Churrascaria OK, em Curitiba, quando soube dos bastidores. "A CPI do Orçamento cami-

**ONZE ANOS DEPOIS DE SER CASSADO,
IBSEN PINHEIRO DESCOBRE QUE MAU
JORNALISMO PROVOCOU SEU MARTÍRIO**

A VERDADE APARECE





nhava para um desfecho melancólico, pois só ia cassar deputados do chamado "baixo-clero" (...). Foi nesse ambiente que se perpetrou um dos grandes erros jornalísticos contemporâneos", contou Costa Pinto, no artigo que depois enviou a Ibsen. "Este depoimento é seu e pode ser usado da maneira que você quiser", escreveu no e-mail. Trata-se de um raro mea-culpa em 2.804 palavras que dá pormenores e nomes. Costa Pinto conta que em novembro de 1993 foi procurado por uma figura que ficaria famosa dez anos depois: Waldomiro Diniz, assessor da CPI e já então braço direito dos parlamentares petistas José Dirceu e Aloizio Mercadante. "Pegamos o Ibsen", disse Waldomiro. O depoimento de Costa Pinto, hoje consultor do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), revela uma coragem incomum em desnudar um fato já sepultado na memória. Mostra também como Waldomiro vazava sigilos para incriminar investigados. A morte política de Ibsen tirou do caminho um forte candidato à Presidência. O PMDB se dividiu, mas na eleição de 1994 Lula acabou superado por Fernando Henrique Cardoso, após a edição do Plano Real.

Versão mantida - O jornalista conta que a revista identificou o erro nas contas de Waldomiro: não seria US\$ 1 milhão, mas apenas US\$ 1 mil. Como a edição estava praticamente fechada - lembra Costa Pinto -, o editor-executivo, Paulo Moreira Leite mandou encontrar alguém que sustentasse a versão de US\$ 1 milhão. Acharam o deputado Benito Gama (PFL-BA), membro da CPI e ex-presidente da CPI/Collor. Costa Pinto diz que contou a Benito sobre o erro. A reportagem manteve o valor de US\$ 1 milhão com a frase de Benito: "É fundamental não errarmos nas contas de Ibsen. E não erramos." Erraram sim, de propósito.



-A seguir, o artigo escrito pelo jornalista Luís Costa Pinto, que foi editor e chefe da sucursal de *Veja* no Recife e em Brasília, repórter dos jornais *O Globo* e da *Folha de S.Paulo*, editor da revista *Época* e editor-executivo do *Correio Braziliense*. Hoje, é consultor de comunicação e de marketing político:

(...) Em 1992, quando o governo Collor perdeu as condições de sustentação política no Congresso e definhava à mercê da Comissão Parlamentar de Inquérito que lhe espanham as entranhas, o deputado Ibsen Pinheiro tornou-se um aliado seguro e secreto da corrente suprapartidária que pediria a cassação do presidente da República. "O que o povo quer, esta Casa termina querendo", vaticinou o ex-presidente da Câmara dos Deputados ao receber, na primeira semana de setembro daquele ano, a formalização do pedido de impeachment presidencial no Salão Verde do Congresso.

A retórica começava a aprontar uma cilada

para ele: o povo, representado em protestos nas ruas pela sociedade civil organizada, de fato queria o impeachment. O Parlamento, em sua maioria, ainda não. Existia certa margem de negociação capaz de evitar a perda de mandato de Collor, mas Ibsen foi peça-chave na articulação que estreitou o raio de ação dos estrategistas palacianos. Escreviam-se, naquela ação surda do presidente da Câmara, as primeiras linhas do epílogo de sua vida parlamentar em Brasília - a cassação, em 18 de maio de 1994, por alegada colaboração com a "Máfia dos Anões do Orçamento".

Numa sexta-feira do mês de setembro de 1993, o repórter Policarpo Jr., meu colega na redação brasiliense de *Veja*, obteve o furo de reportagem que mais tarde deu origem à CPI do Orçamento. Depois de insistir por uma semana, ele conseguiu uma entrevista exclusiva com José Carlos Alves dos Santos, ex-assessor da Comissão Parlamentar Mista de Orçamento do Congresso Nacional. José Carlos estava preso em uma delegacia de Brasília por suspeito de assassinato de sua mulher, Maria Elizabeth Lofrano. Na entrevista original, José Carlos mencionou o envolvimento de sete deputados e de um senador em

VEJA DE 17 DE NOVEMBRO DE 1993: UM ERRO

PROT. 375 / 04
PDL
OS RITA



**Em 1992,
Ibsen
comanda
os trabalhos
que levaram
à renúncia
de Collor:
no auge**

um esquema de fraudes ao Orçamento Geral da União. Não falou no nome de Ibsen Pinheiro, que acabara de deixar a presidência da Câmara e, semanas antes, fora lançado pré-candidato a presidente da República numa festa do PMDB no Recife. Àquela altura, mais de um ano antes do pleito, a candidatura presidencial de Ibsen era uma miragem no cenário político – mas do centro à direita do espectro partidário não havia nenhum nome viável para disputar o pleito presidencial de 1994 com Luiz Inácio Lula da Silva, o favoritíssimo pré-candidato do PT. “Tenho certeza que o calvário de Ibsen começou ali, no momento em que ele deixou de ser uma aventura para começar a aglutinar apoios em torno de si”, disse-me certa vez Nelson Jobim.

Cerca de dois meses depois de iniciadas as investigações parlamentares acerca dos desmandos e da cobrança de propinas na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, o nome de Ibsen Pinheiro emergiu associado à Máfia de Anões que corrompia o erário. O primeiro documento revelado para incriminá-lo era um cheque do ex-deputado Genebaldo Correia (que renunciou ao mandato na esteira das investiga-

QUANDO A MÍDIA DÁ UM TIRO NO PÉ

“Seja o primeiro, mas primeiro seja correto.” Era comum ver essa mensagem nas paredes das redações dos jornais americanos antigamente, como conta Eugene Goodwin, professor de jornalismo da Universidade da Pensilvânia (EUA), em seu livro clássico *Procura-se ética no jornalismo*. É longa a história dos erros da mídia (intencionais ou não), com efeitos arrasadores para acusados e acusadores. Há 106 anos, o *The New York Journal*, de William Randolph Hearst, e o *New York World*, de Joseph Pulitzer, praticamente acusaram a Espanha de explodir o navio americano Maine, em Cuba. Sem saber se era acidente ou atentado, o *World* trouxe a manchete sensacionalista: “Explosão do Maine causada por bomba ou torpedo?” O *Journal* publicou ilustração do naufrágio do Maine, atribuindo-o a uma secreta “máquina infernal”. Hearst ordenou ao ilustrador, em Cuba: “Você fornece as imagens que eu forneço a guerra.” Dito e feito: os EUA declararam guerra, derrotaram a Espanha e invadiram Cuba e Porto Rico.

Nos últimos anos, uma avalanche de erros e retratações atingiu a mídia americana. O *The New York Times* fez mea-culpa na primeira página ao descobrir, em 2003, que Jayson Blair havia fraudado várias matérias. Em 1998, a TV CNN transmitiu reportagem – reproduzida pela revista *Time* – acusando o governo dos EUA de usar gás sarin contra desertores do exército na Guerra do Vietnã. O âncora Peter Arnett, ganhador do Prêmio Pulitzer, narrou a história para a CNN, que teve de pedir desculpas ao público, assim como a *Time*. Um ícone da imprensa, Seymour Hersh – que neste ano denunciou a tortura de prisioneiros iraquianos em Abu Ghraib, na revista *The New Yorker* –, também já passou por mea-culpa. Em 1974, no *The New York Times*, Hersh foi um dos autores de artigos que acusavam o então embaixador dos EUA no Chile, Edward Korry, de envolvimento no golpe contra Salvador Allende. Com a carreira arruinada, só em 1979 o diplomata conseguiu trabalhar como professor de relações internacionais, como conta Eugene Goodwin em seu livro. Em 1981, Hersh descobriu que falhara e reconheceu.

Nos quase 200 anos de imprensa no Brasil, os casos de erros e retratações são inúmeros. O *Correio Braziliense* ganhou o Prêmio Esso em 2000, com a manchete: “O Correio Errou.” Referia-se à matéria acusatória contra suposto contrato do Banco do Brasil com Eduardo Jorge, secretário-geral da Presidência no governo FHC. Em 25 de julho de 2001, ISTOÉ (na edição 1660) divulgou que o então senador Jader Barbalho (PMDB-PA) estaria pedindo propinas para liberar verbas da Sudam. Uma fita contendo um diálogo de Jader com o deputado estadual Mário Frota (PDT-AM) sustentava a reportagem. Segundo perícia, a fita não sofrera edições. Frota contestou a matéria, dizendo que a voz não era dele. Nova perícia, feita a pedido da revista, comprovou que o deputado tinha razão. Foi a vez de ISTOÉ se retratar, na sua edição 1664, em 22 de agosto de 2001, quando publicou o artigo “Farsa Amazônica”, revelando os detalhes da falsificação da fita e seus autores, todos, posteriormente, indiciados pela PF. Como diz um provérbio americano, “Se errou, é melhor consertar.”



FALHA NOSSA
Peter Arnett, da CNN (*acima*), errou ao acusar governo americano de usar gás sarin no Vietnã; e Jayson Blair, do NYT, fraudou vários artigos

O PROPOSITAL

PROTOCOLO Nº 378 / 104
 DATA 09/08/04
 LOCAL TA

FLORÊNCIA COSTA

A VERSÃO DOS ENVOLVIDOS NO CASO

Procurado por ISTOÉ, Paulo Morcira Leite, ex-editor executivo da *Veja* e atual diretor de redação do *Diário de S. Paulo*, enviou à redação o seguinte texto: "A versão de que decidi publicar um erro - de propósito - que iria prejudicar o Ibsen Pinheiro para não atrapalhar a circulação da *Veja* e evitar um prejuízo à Editora Abril é uma fantasia do Luís Costa Pinto (Lula). Ele conta uma história conveniente para quem quer enfeitar a biografia profissional, rica em detalhes secundários, mas absurda no essencial. Foi o Adam Sun quem descobriu, de madrugada,

que havia um erro nos números do Benito Gama sobre o Ibsen. A revelação não me espantou, porque era evidente que, depois do impeachment de Fernando Collor, ele se tornara alvo do ódio do PFL, partido de Benito naquele momento. Telefonei para o Lula Costa Pinto com a informação de que o Adam havia desmentido sua fonte e toda a matéria. Queria conferir, saber o que ele tinha a dizer. Lula ligou para o próprio Benito e retornou di-

zendo que o deputado mantinha a versão. O próprio Lula seguiu sustentando a versão do Benito, que era sua fonte, que jamais havia mentido para ele. Por isso aquele número foi publicado: prevaleceu a versão errada de um repórter em vez da estimativa correta de um checador. Ninguém nos proibia, naquele momento, de publicar duas versões, o que teria ao menos amenizado o erro. Isso teria sido feito se o Lula tivesse tido mais humildade profissional, admitindo que poderia estar sendo vítima de uma armadilha. Mas ele insistiu várias vezes que o



BENITO GAMA
Informação polêmica

ções) depositado em sua conta bancária. Horas depois de divulgada a informação dando conta da existência desse cheque, a assessoria de Ibsen Pinheiro passou a afirmar que o cheque era referente a uma transação financeira com uma camionete. O valor do documento bancário era computável com essa transação e o carro, de fato, fora transferido de um para outro - mas a obviedade do alibi não aplacou a ansiedade de apuração jornalística sobre o fato. O segundo documento divulgado para estabelecer um elo entre o ex-presidente da Câmara e a Máfia dos Anões do Orçamento era uma fotografia tirada durante um jantar em uma ilha grega - mostrava Ibsen cercado por cinco dos sete anões do Orçamento. (...)

O cheque de Genebaldo Correia e a foto da Grécia sustentaram uma semana de acusações nos jornais contra o ex-presidente da Câmara dos Deputados. Mesmo desarticulados, mas fiando-se na ausência de outras provas que maculassem ainda mais a biografia de alguém que fora interlocutor privilegiado da República por dois anos, os amigos de Ibsen conquistavam terreno na árdua tarefa de desmentir as acusações. No intestino da CPI do Orçamento, que caminhava para um desfecho melancólico, pois

só ia cassar deputados do chamado "baixo clero" parlamentar, buscava-se uma revelação de impacto. Foi nesse ambiente que se perpetrou um dos grandes erros jornalísticos contemporâneos.

Às 20h de uma sexta-feira de novembro de 1993 telefonou-me o assessor parlamentar Waldomiro Diniz. Lotado na Subcomissão de Investigação Bancária da CPI do Orçamento, Waldomiro era o braço direito dos deputados José Dirceu e Aloizio Mercadante naquelas investigações. Hábil, esperto e articulado, forjara-se desde a CPI do Caso PC como uma das boas fontes do submundo político brasileiro. "Tenho uma homba para você", disse-me Waldomiro. "Estou indo para a sua redação." Minutos depois, Waldomiro Diniz entrou na sucursal brasileira de *Veja*, onde os trabalhos de encerramento da edição estavam avançados e trabalhávamos em um texto de capa sem maiores novidades ou revelações sobre os trabalhos da CPI. Dali a duas horas, no máximo três horas, a edição de *Veja* teria de baixar para a gráfica da Editora Abril, em São Paulo.

Waldomiro exibiu um sorriso triunfal. "Pegamos Ibsen", disse-me. Em seguida, exibiu sete boletos de depósitos bancários, já dolarizados por ele, e que, segundo me dizia, provavam a transferência de US\$ 1 milhão de uma conta bancária de Ibsen Pinheiro de uma agência da Caixa Econômica para uma agência do Banrisul. "Ele não tem salário para ter tanto dinheiro. Isso é a prova da corrupção", asseverou Waldomiro. Irresponsável, mas maravilhado com a possibilidade de cravar um furo na edição de *Veja* do fim de semana seguinte, embarquei na versão e na dolarização. Não chequei as informações. Comuniquei aos editores em São Paulo que estava mudando o tom da



ARQUIVO PESSOAL

IBSEN COM ULYSSES GUIMARÃES E COM GENEBALDO

C

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PDL Nº 378 104
Fls. Nº 30 RITA

Benito falava a verdade, que tinha acesso aos números da CPI e assim por diante. Ao longo de todos esses anos sempre tive orgulho de meu esforço para apurar a verdade neste caso tão marcante. Fui o primeiro a louvar o trabalho do Adam Sun e nunca deixei de citá-lo neste episódio específico. O Lula não tem do que se orgulhar nessa história e só posso lamentar, hoje, que prefira divulgar fantasias.”

Luís Costa Pinto confirmou o conteúdo e a autoria do texto. “Escrevi rigorosamente o que se passou. Não foi por minha causa que ele perdeu o mandato. Mas continuo achando que ele foi vítima de injustiças, de um massacre da mídia.” Benito Gama confirmou a

declaração publicada na *Veja*, mas negou que tenha participado de uma combinação. “É mentira. Eu não daria uma declaração para confirmar uma mentira. Além disso, Ibsen foi cassado por causa das operações com doleiros na fronteira com o Uruguai.” ISTOÉ contatou a produtora Silvia Rebelo, da *Bandeirantes*, onde Mario Sergio Conti trabalha como correspondente em Paris, e mandou um e-mail com perguntas às 22h40 da quinta-feira 12, mas, pela diferença de fuso horário - cinco horas a mais em Paris - até 4h de sexta-feira Conti não havia respondido. A direção da *Veja* preferiu não se manifestar.

FARRA DOS ANÕES

A CPI dos Anões do Orçamento produziu um calhamaço de 500 páginas sobre 43 parlamentares e três governadores. Eram acusados de receber propinas de empreiteiras para infiltrar emendas de interesse das construtoras. Onze deles foram inocentados, 19 tiveram denúncia pela cassação e os demais tiveram os processos enviados para o MP. Quatro deles, como Genebaldo Correia e João Alves, renunciaram. Ibsen foi cassado junto com outros cinco deputados. No processo judicial que enfrentou acabou inocentado em 1999 pelo STF.

reportagem que concluiu e passava a ser mais afirmativa contra Ibsen. Liguei para o ex-presidente da Câmara - afinal, ouvir o outro lado é praxe muitas vezes cumprida com burocracia. Ele me negou a história, negou-me os depósitos e os valores, mas eu preferi acreditar nos documentos que tinha em mãos - afinal, registrar o outro lado burocraticamente também é praxe no jornalismo. A nova informação autorizou uma chamada de capa mais enfática contra o ex-deputado - "Até tu, Ibsen?". A principal revista semanal de informação do País, que ia ficar exposta nas bancas por uma semana, era um libelo acusatório contra o presidente da Câmara dos Deputados que liderava a votação do

impeachment ao ex-presidente Fernando Collor de Mello um ano antes.

*Escrevi o texto e enviei os documentos bancários por fax para São Paulo. Com a reportagem lida, modificada e aprovada pelos diversos escalões editoriais de *Veja*, cheguei à minha casa por volta das 2h da madrugada do sábado. Pouco antes das 8h fui acordado por toques insistentes da campainha do apartamento onde morava. Era Silvânia Dal Bosco, colega na redação de *Veja*. "O Paulo Moreira quer falar com você. Deu um problema grave lá em São Paulo... na edição da matéria do Ibsen", disse-me Silvânia. "Ele está tentando ligar para cá, para a sua casa, mas só dá ocupado." O meu filho tinha deixado o telefone fora do gancho. Liguei para Paulo Moreira, então editor-executivo de *Veja*. Tenso, Paulo disse-me que Adam Sun, chinês implacável que por muitos anos zelou pela qualidade das informações publicadas em *Veja* na condição de chefe da equipe de checagem da revista, descobrira que a dolarização estava errada. "Lula, essa soma não dá US\$ 1 milhão. Dá US\$ 1 mil", gri-*

tou-me Adam do outro lado da linha. Eu gôlei. "Paulo, tem jeito?", perguntei. "Não", cravou-me ele, friamente. "Já rodamos 1 milhão e 200 mil cupas. E jogar fora 1 milhão e 200 mil cupas é um prejuízo impagável (hoje cerca de R\$ 100 mil). Podemos, ainda, mexer no texto dentro da revista - mas isso vai atrasar a remessa para o Rio de Janeiro e para o interior de São Paulo", advertiu-me ele. "Vê se consegue, em dez minutos, alguém para sustentar em on essa dolarização de US\$ 1 milhão", sugeri.

Não pensei em Ibsen Pinheiro ou na injustiça que estava ajudando a dar curso com aquela reportagem calcada em uma falsa prova. Pensei em mim, no meu emprego, em como salvar uma reportagem falhada a produzir uma tragédia. Telefonei para o presidente da CPI do PC, o então deputado Benito Gama, e consegui pegá-lo acordado àquela hora. Narrei-lhe o ocorrido. Ele tinha conhecimento da versão acerca dos tais depósitos de US\$ 1 milhão. "Não há chance de isso estar errado. É US\$ 1 milhão e Ibsen terá de responder por isso", asseverou Benito. "Deputado, isso é on tou seja, no jargão jornalístico, eu perguntava se a informação podia ser publicada assinalando-se a sua origem." Olhe



O CORREIA: ENTRE O CÉU E O INFERNO DA POLÍTICA

PDF 375 / 174
11 0 75

MÃO PESADA

A mão pesada do governo Lula sobre a liberdade de expressão apareceu com força. Duas semanas depois da devassa da imprensa sobre os presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, o governo revidou com iniciativas que prendem a língua de servidores, atravancam o tráfego de informações e intimidam produtores culturais. A senha para a investida repressora foi dada há um mês, pelo próprio presidente Lula: "O denunciamento da imprensa não contribui com a democracia", disse o presidente. Na segunda-feira 9, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse que o país "está surfando numa onda de denunciamento".

O projeto da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que cria o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), ganhou tintas mais carregadas na Casa Civil de Dirceu. Além dos jornalistas, o CFJ iria também "disciplinar e fiscalizar as empresas de comunicação. "As alterações agravam o viés autoritário do projeto", atacou o líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA).

Pronto para criar a Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav), o Ministério da Cultura deu mais 60 dias para o debate sobre o texto que revive temores de dirigismo na cultura. Além de criar taxas que oneram o ingresso de cinema, o texto institui um conselho, formado por diretores, que discute temas que coloquem em risco a "segurança nacional". O Planalto prepara também um decreto que vai amordaçar os servidores públicos em torno de investigações. E, para complementar o surto autoritário, Lula afia a caneta para um decreto que amplia a quebra dos sigilos bancário e telefônico de pessoas e empresas. Na terça-feira 10, o ministro da Comunicação, Luiz Gushiken, avisou: "Liberdade de imprensa é um valor definitivo à democracia, mas não é algo absoluto". Agora, ninguém duvida.

que a reportagem de Veja, que está errada, vai se esconder nesse ou seu", perguntei mais uma vez. "É on. Agora, deixe-me fazer o meu cooper", tranquilizou-me Benito. Passei a frase por telefone a Paulo Moreira, que mexeu na edição da revista, e a Veja circulou com o libelo acusatório contra Ibsen.

Foi uma tragédia pessoal para Ibsen Pinheiro. Ele não me procurou nos dez dias seguintes. "Não tinha coragem de querer saber o porquê de terem dado curso àquela mentira. E logo um repórter com o qual eu tinha excelente relação", disse-me anos depois. Eu sabia que a reportagem estava errada, a CPI também. Por ter detectado o erro e por ter trabalhado para corrigi-lo no texto interino da revista, a despeito de não ter salvado a capa, já impressa, o chegador Adam Sun ganhou um prêmio de US\$ 1 mil conferido pelo diretor de redação de Veja, Mario Sérgio Conti. Prêmios como aquele, obtidos mesmo sem concursos ou disputas, só eram dados depois que conseguíamos bons furos de reportagem. Fora a primeira vez que um prêmio como aquele acabara nas mãos de um chegador. O texto de Veja repercutiu nos jornais por dois dias, a dolarização incorreta foi protocolarmente corrigida pela CPI na semana seguinte, mas Ibsen fora arrastado definitivamente para o centro das investigações. Seus advogados de defesa contrataram uma auditoria da Trevisan & Associados para esquadriñar todos os ingressos e todas as saídas de suas contas bancárias no período de cinco anos. Nenhuma movimentação financeira anormal foi detectada, mas a CPI desconheceu tal auditoria argumentando que não a pediria nem a fiscalizara.

Houve um momento, no meio de todo aquele furacão, em que eu tomei

uma decisão: convenci-me que a melhor coisa que podia fazer por mim seria não morrer. Eu não poderia simplesmente ter um enfarte e morrer; dar um tiro na cabeça ou sucumbir a um câncer, se ele fosse diagnosticado em meu corpo. Tomei a decisão política de não morrer para ver até onde iria tudo aquilo, até onde eu resistiria e como seria o meu restabelecimento pessoal e público.

(...) A confissão desse processo de regresso a um estado de paz interior consigo mesmo foi feita por Ibsen em uma

conversa que tivemos, na sala de seu apartamento em Porto Alegre, no ano de 2000. Estávamos ali eu, ele e sua mulher, Laila, companheira dos melhores dias e dos mais torturantes momentos. Olhei em volta, mirei alguns pratos de louça dourada sobre uma cômoda, uma almofada de crochê sobre uma cadeira de balanço, três ou quatro bibelôs dentro de uma cristaleira espartaneamente arrumada. "Meu Deus", pensei em silêncio. "Este apartamento está decorado à semelhança da casa de meus avós, de meus pais. Um dia eu fui capaz de escrever que esse homem, que essa mulher tinham

se tornado milionários - e olha aqui: são plácidos avós, marcados pela vida, mas ainda sólidos." Não revelei, na hora, aquela sensação que me provocava desconforto, mas passei a me perguntar como poderia fazer um gesto que tentasse reparar as injustiças que, involuntariamente, mas cúmplice, ajudei a perpetrar. Meu maior patrimônio é a credibilidade de que gozo como jornalista profissional e, de alguns anos para cá, como consultor de comunicação. Escrever este relato, absolutamente fiel a tudo o que vivi, foi a melhor maneira que encontrei de repor a verdade - a verdade que testemunhei. ■



Waldomiro, ex-assessor de Dirceu, entregou o dossiê: ele, sempre ele

Com a consciência tranquila

REGINA BANDEIRA

O jornalista, cronista esportivo, promotor de Justiça aposentado e atual candidato a vereador por Porto Alegre Ibsen Pinheiro concedeu

uma entrevista ao Jornal de Brasília na noite de ontem. Tranquilo e receptivo, Ibsen não parece guardar mágoas de quem o feriu politicamente há 11 anos. "Acho que tenho até uma pequena alegria quando reencontro os pequenos

cúmplices dessa história. Eles ficam nervosos, inseguros quando me vêem. E percebo que ficam aliviados quando digo 'olá, fulano'. O ódio destrói não o outro, mas quem o sente. E eu ainda tenho muita vida para viver".

LUIS GONÇALVES/CORREIO DO POVO



A revista IstoÉ traz na edição desta semana a história da falsa prova que levou o senhor a ser cassado por suspeita de corrupção. Como o senhor se sente? Pode-se dizer que houve uma retratação da mídia? Foi uma volta por cima?

Acho que, se a volta por cima significa a integralidade de uma reparação, seria melhor dizer que é uma reparação pela metade. Até porque é uma outra revista que está abordando o caso, mas acho que obtive a reparação possível. E em vida. Muita gente que sofreu danos morais terríveis não viveu para assistir a essa retratação. E o melhor de tudo é que isso ocorreu por um processo democrático, livre, onde a própria imprensa foi tomando conhecimento do caso. Isso confirma minha fé, minha confiança na liberdade de imprensa. Em uma imprensa livre. A reparação do erro é fundamental para mim, para os jornalistas envolvidos, para o veículo e até para o clima do País.

O senhor pretende processar o jornalista Lula Costa Pinto, ou mesmo a revista Veja, por danos morais?

Não pretendo processar ninguém. O dano sofrido foi moral e emocional e a reparação que tive e que me é importante estou tendo em vida, das pessoas que me conhecem. Se ela não é integral, ela é suficiente. Lanço um olhar sereno sobre esses dez anos. Não me deixei dominar pelo ódio ou pela mágoa.

O senhor fez algum tratamento de saúde, terapia, precisou de ajuda para ultrapassar aquele momento turbulento?

Não. Fiz um tratamento de vida. Até porque não encarei as denúncias como vindas de uma conspiração. Foi uma conjugação de fatores. Após muitas e profundas reflexões, acho que tudo foi desencadeado pelo que chamo de movimento político-midiático, o que é muito mais sério e avassalador que qualquer conspiração. As tramas são culpadas; os movimentos engajados pela mídia, ao contrário, evocam o bem comum. Segundo Voltaire (filósofo francês do Iluminismo), a primeira infâmia é repelida; a segunda arranha a pele; a terceira, destrói.

O senhor passou por essa seqüência de difamação?

Sim, foram fatos em cima de fatos. E essas coisas mexem com a emoção, com o imaginário popular, de tal forma que depois que esse movimento acontece, não se precisa provar mais nada. Tudo o que você fizer será

negativo, culpado. O alvo está destruído. Até uma simples foto minha, consultando um relógio, passa a ser ruim. Isso é muito sério. Talvez, se essa reportagem tivesse sido feita há um ano, não estaríamos dando bola para ela. A verdade é que esse assunto é a pauta nacional. A discussão mais importante do País, hoje, é o denuncismo e a responsabilidade da mídia.

Como o senhor ficou sabendo que a Veja tinha conhecimento da farsa? A história vazou por alguém?

Em 2000, o próprio Lula Costa Pinto (repórter da Veja) me ligou, pedindo uma entrevista. Ele queria a presença do Alcení (Alcení Guerra, ex-ministro da Saúde) também. A reportagem era sobre pessoas, políticos, que tiveram a vida modificada por um erro da imprensa. Marcamos ao meio-dia em um restaurante, mas o Alcení, que estava em Curitiba, demorou duas horas para chegar. Enquanto es-

perávamos, ele (o repórter) começou a me contar o episódio.

Qual foi a sua reação?

Parecida com a sua, de espanto, surpresa, um pouco de indignação frente à fraqueza do ser humano. A revista sabia do erro e sustentou uma versão mentirosa, mas acho que o repórter teve uma reação digna.

Mas o senhor teve sua vida política interrompida, foi alvo de infâmias públicas...

É verdade, mas não sabemos quem está falando a verdade ali. O repórter diz que recebeu pressão do editor da revista... Ele tinha de encontrar alguém que lhe confirmasse os números, porque já estavam rodando mais de um milhão de revistas na gráfica...

Há a versão do editor, que contradiz a do repórter...

É, inclusive dizem que o Benito Gama (ex-deputado pelo PFL-BA), procurado pela revis-

ta, teria dito para colocarem a informação em sua boca... enfim, agora já não me interessa saber de quem foi a responsabilidade. A consciência tranquila não tem preço. Veja, manter ressentimentos é nocivo, dá doença. Se tiver saúde, tenho muito tempo pela frente.

E agora, seu futuro passa pela política novamente?

Na verdade, nunca deixei a política de lado. Sempre militei pelo PMDB. Em 2002, fui candidato a deputado federal, mas não consegui me eleger (com 35 mil votos).

O senhor é candidato a vereador por Porto Alegre. Sua experiência lhe ajudará?

A eleição não é uma instância no meu processo de reparação. Isso já aconteceu em nível institucional. Fui absolvido pela Receita, pelo Ministério Público e pelo Supremo. Agora só quero ser um bom vereador e viver muito. Ainda tenho tempo.

Eleições municipais

PT quer ganhar no 1º turno

• São Paulo - Empolgados com a liderança de Marta nas pesquisas, petistas já falam em uma vitória no primeiro turno. Ontem, o candidato a vereador Antônio Donat (PT), discursou na inauguração do comitê de Marta e Limpo: "Nós vamos ganhar no primeiro turno!". O presidente da Câmara Municipal, Arselino Tatto (PT) mostrou empolgação: "Se o Datafolha deu que a Marta tem 40%, isso significa que deve ter mais de 40%". Pesquisa de opinião mostrou que Marta subiu dez pontos percentuais e José Serra (PSDB), com 30% contra 25%. No segundo turno, o tucano ainda leva vantagem, apesar de a liderança ter diminuído.

Faxina total nas ruas

• Fortaleza - A campanha "Por uma Fortaleza Limpíssima" do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Ceará recolheu mil faixas e cartazes de candidatos a vereador e prefeitos, que estavam afixadas em viadutos, postes e iluminação e prédios públicos. Três equipes do TRE diariamente a cidade fazendo o recolhimento das faixas irregulares. O objetivo do TRE é expandir a campanha de limpeza do Estado do Ceará, a fim de que as eleições tenham índices de poluição visual possíveis.

Candidaturas em julgar

• Florianópolis - A Justiça Eleitoral de Santa Catarina julgou 12.699 candidaturas e indeferiu 182 postulantes. Estão julgando 1.251 nomes e 60 ainda estão sob julgamento. Nomes registrados para disputar as eleições municipais em 2004, 392 já renunciaram e 17 foram impugnados. 21 pretendentes foram considerados inelegíveis. Mas candidatos que tiveram problemas com a Justiça aguardam decisão. Entre os nomes registrados para prefeito, 717 já foram deferidos e estão aptos a participar da disputa pelos votos para o dia 3 de outubro.

Governo não elege ninguém

• Recife - O candidato a prefeito do Recife, Joaquim Francisco (PTB), ironizou as previsões do governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), que antecipou uma possível "polarização" da campanha eleitoral entre Carlos Eduardo Cadoca (PMDB) e João Paulo (PT). "É muito cedo para falar, na próxima terça-feira começa o grito eleitoral. Nenhum governador conseguiu eleger o prefeito do Recife, que apoiou", disse.



Reforma em secretaria

• Cuiabá-MT - Os quatro principais candidatos a prefeito de Cuiabá pretendem alterar o quadro de secretarias. Três deles, os candidatos Wilson Santos (PSDB), Sérgio (PPS) e Totó Parente (PMDB), defendem a redução de pastas. O candidato do PT, Alexandre Cesar, defende "choque de gestão", que deverá resultar em fusão, desmembramento ou redirecionamento de funções a Prefeitura de Cuiabá possui 18 secretarias, uma da Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap), a Geral, e Procuradoria, além dos institutos de Previdência e Desenvolvimento Urbano.

Assembléia muda rotina

• Campo Grande-MS - Em clima de eleição municipal, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e a Municipal de Campo Grande decidiram que, neste semestre, além das eleições, se não surgir nenhum polêmico, as discussões estarão voltadas para os Estados e Municipal do próximo ano. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Londres Machado, adiantou que mesmo com o período eleitoral, fará o possível para manter o andamento do projeto presidente da Câmara, Yousif Assis Domingos (PMDB) que a novidade será a mudança do horário das sessões.

Analfabetos fora do país